

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

31 de Maio a 06 de Junho de 1992 Nº40

ANGOLA: comemorações e avaliações dos acordos de Bicesse.

As festas em comemoração aos acordos de paz iniciaram-se no dia 30 de maio, durante o final de semana. As sociedades recreativas e discotecas de Luanda, que extravasaram sua alegria para algumas ruas da cidade, foram levadas a aumentar as compras de cerveja para que pudessem responder à demanda. O governo atendeu ao apelo popular e decretou tolerância de ponto na segunda-feira.

Apesar da alegria e confraternização dos Luandenses, o governo e a UNITA comemoraram separadamente o primeiro aniversário da assinatura do acordo. Os líderes dos dois partidos encontraram-se apenas, na véspera do 31 de maio, na residência oficial do chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, num ambiente que Savimbi qualificou de "muito fraterno".

O clima festivo no entanto, é incapaz de promover a descontração da população que permanece assustada com a crescente onda de criminalidade nas cidades. Os dois grandes partidos, em processo de campanha eleitoral, preferem utilizar os atos de violência como instrumento de ataque ao seu adversário, ao invés de buscarem soluções. O ganho político tem sido colocado num grau de importância mais elevado do que a segurança da população.

As movimentações nos voos para Europa tem levado a constatação de que os cidadãos estrangeiros optaram, inicialmente, por uma saída das crianças que terminaram o ano escolar. Essa orientação foi emitida pelas respectivas embaixadas, em decorrência da violência urbana.

Paralelamente às comemorações é inevitável que surjam as avaliações quanto aos primeiros 12 meses de transição para a democracia em Angola. Segundo o chefe da representação portuguesa na Comissão Conjunta Político-Militar, embaixador António Monteiro, não se pode esconder os atrasos como no caso da extensão da administração central a

NESTA EDIÇÃO:

Angola critica exploração
da África
p.01

A Igreja em Angola e Moçambique
p.05

Debate constitucional em
Cabo Verde
p.06

Problemas nos preparativos
da visita do Papa a São
Tomé
p.07

Itamaraty condena venda de
aviões a África do Sul
p.10

todo o território e da libertação total dos prisioneiros civis e militares, mas também não devemos esquecer as dificuldades de ordem material e financeira que ajudaram nesse atraso. O embaixador apontou uma questão de grande importância para o atendimento deste processo, segundo António Monteiro as negociações de paz centraram-se em questões políticas fundamentais e, "na aplicação prática, verificou-se que muita coisa não estava bem discutida" (pp. 2 e 4)

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622
R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

ÁFRICA DO SUL: a solução do impasse terá que passar pela política.

As relações entre o governo sul-africano e o ANC, no âmbito da CODESA, estão sob o signo do impasse. A dissensão em torno de questões ligadas à representação das minorias e da partilha do poder entrava resoluções sobre o governo e o Parlamento Interinos sobre as eleições e sobre a futura Constituição.

Como as previsões indicam que o ANC obterá o apoio de 52 a 54 por cento dos votos, o governo e o Partido Nacional buscam a todo custo inviabilizar a prática de um governo de maioria em favor da proporcionalidade. Desta forma, grupos representativos de 12 a 13 por cento do eleitorado teriam que ser ouvidos diante de questões fundamentais. A democratização da África do Sul, para o governo e o PN, passa pela aprovação de um polémico sistema constitucional direcionado à proteger o poder de decisão dos grupos minoritários (brancos afrikaners e de língua inglesa, mestiços, asiáticos, portugueses). Esta manobra também objetiva conquistar essas parcelas do eleitorado visando um equilíbrio de forças com o ANC e as correntes que o apoiam.

O impasse no interior da CODESA demonstra a existência de questões importantes ainda pendentes. Por trás da discussão sobre os percentuais que definirão os representantes que elaborarão a futura Constituição, há problemas delicados como: o desacordo sobre o nível de representação na CODESA dos líderes tradicionais; a não aderência às discussões do Partido Conservador, do PAC, da AZAPO e do Partido Comunista; a possibilidade ou não de criação de uma Câmara Alta; a determinação dos poderes, deveres e funções das autoridades regionais. Mas, a grande batalha política se dará nas discussões sobre o esboço da Constituição definitiva. Afinal, a África do Sul, potência regional capitalista, ao pôr em confronto o projeto unitário preconizado pelo ANC e o plano para a delegação de poderes do governo central em benefício dos governos regionais, conjugados com a Câmara Alta, defendido pelo governo e pelo PN, de-

monstrará de maneira clara o nível de complexidade que o apartheid transferiu para a atual sociedade sul-africana.

Muito além da dicotomia ou pluralidade racial, as linhas de cor — como afirma o embaixador sul-africano em Lisboa, P. Swanepoel — são atravessadas por diversos grupos de interesses (políticos, do mundo de negócios, das entidades religiosas, etc). Nesse contexto, qualquer tipo de radicalização seria uma atitude política perigosa, pois cada vez mais o processo parece exigir uma luta política mais apurada, não excluindo greves e outras manifestações de massas, que mobilizem os partidos e outras organizações da sociedade civil, somando assim, diversos meios de conquista. (pp. 9 e 12)

MOÇAMBIQUE: Discussões sobre o cessar-fogo poderão incluir Portugal.

Estava prevista para o dia 31 de maio a partida para Roma dos coronéis portugueses Ataíde Montez e Francisco Roque, onde integrar-se-iam às discussões acerca do cessar-fogo e da formação de um exército unificado em Moçambique. A sua presença nos debates, todavia, assim como a do representante português nas negociações António Zennfelte, ainda não estava garantida, posto que somente no dia 3 de junho seria definida a forma de participação de Portugal nas negociações.

Um possível impasse nas negociações poderia ter levado o presidente moçambicano Joaquim Chissano a pedir ao presidente português Mário Soares para que tentasse intermediar um encontro entre ele e Afonso Dhlakama, líder da Renamo. Isto representaria uma mudança na posição de Chissano, que até então recusara qualquer iniciativa neste sentido. Segundo o Expresso, entretanto, a embaixadora de Moçambique em Portugal, Esperança Machavel, negou ter conhecimento desta intervenção de Chissano junto a Soares. (pp. 7 e 8)

Seca aumenta a tragédia da fome na África

NOVA IORQUE - A seca destruiu quase 50% da safra agrícola de 10 países do sul da África, baixando a produção para apenas seis milhões de toneladas em 1992. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) revelou, ontem, que serão necessários 850 milhões de dólares para ajudar as 18 milhões de pessoas que sofrem as consequências da tragédia. As maiores vítimas são as mulheres e crianças, que somam um contingente de 14 milhões de pessoas.

O secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, lançou um apelo em favor dos flagelados, dizendo que eles precisam não apenas

de alimentos, mas de água potável, saneamento e assistência médica. James Grant, diretor da Unicef, afirmou que a escassez de água sem precedentes aumentará o sofrimento humano em proporções nunca vistas. Além do risco de morrer de fome, a desnutrição tornará as crianças mais vulneráveis a epidemias como o sarampo, a diarreia, cólera e febre tifóide.

Pelos cálculos de Ghali, será necessária uma ajuda imediata de 1 milhão 600 mil toneladas de alimentos para os miseráveis de Angola, Etiópia, Somália, Botsuana, Lesoto, Malui, Moçambique, Namíbia,

Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

A situação é tão dramática que 20 pessoas morrem de fome, todo dia, no campo de refugiados de Dolo, na Etiópia. Quase 145 mil somalianos que fugiram de uma sangrenta guerra de tribos em seu país, acabaram no campo de Dolo, mas não encontraram nada além de miséria. O governo etíope está pedindo ajuda para alimentar 8 milhões de pessoas.

A Cruz Vermelha Brasileira arrecadou 50 milhões de cruzeiros para as vítimas da fome na Somália. A contribuição será enviada à Cruz Vermelha Internacional, em Genebra.

CORREIO BRAZILIENSE 26/05/92

Angola critica crescente exploração dos africanos

CORREIO BRAZILIENSE 25/05/92

Unidade

Embaixadores dos países-membros da Organização da Unidade Africana acreditados no Brasil, estarão reunidos a partir das 12h de hoje na Embaixada do Egito para comemorar o Dia da África, que este ano homenageará o secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros Ghali. A Organização da Unidade Africana nasceu em 25 de maio de 1963, em Adís-Abeba, na Etiópia, para fortalecer a unidade e a solidariedade dos Estados africanos.

O embaixador de Angola, Francisco Romão (foto), disse ontem, na comemoração do Dia da África, realizada na Embaixada do Egito, que o



continente não poderá continuar a ser visto apenas como "um reducto de exploração de matérias-primas, ou um recanto para a realização de safáris, rallies automobilísticos ou ainda em uma perspectiva exótica de sua realidade". Ele discursou em nome do grupo africano acreditado no Brasil, lembrando também que as medidas liberalizantes ora em curso na África do Sul não resolvem os problemas dos negros naquele país.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, presente à cerimônia, revelou ser imperioso identificar novas possibi-

lidades concretas de cooperação mútua, a fim de que seja restituído o dinamismo em nosso relacionamento. O chanceler lembrou que esse intercâmbio tem sido bastante afetado, nos últimos anos, pelas dificuldades que se abateram, de um modo geral, sobre os países em desenvolvimento.

Reivindicações — Os regimes coloniais, segundo o embaixador angolano, exploraram de forma desenfreada as riquezas do continente, e não tiveram qualquer preocupação em desenvolver economicamente os Estados que ocupavam, "deixando atrás de si o rastro do subdesenvolvimento, com suas principais sequelas: fraco desempenho das forças produtivas, analfabetismo, fome e miséria". Denunciou também que o preço das matérias-primas exportadas pelos africanos não cessam de baixar, "os termos de troca continuam a se deteriorar".

DIÁRIO DO COMÉRCIO 27/05/92

Minas na África

* A Consultora Andra de Coutinho diversificará suas atividades no exterior.

* Montou uma joint-venture em Angola para a exploração de diamantes na África.

Angola: mais paz e menos segurança

Artigo de António Mota, em Luanda

PÚBLICO

DOMINGO, 31 MAIO 1982

“Os angolanos merecem que lhes guardem algum respeito; afinal, já vivemos em paz há um ano, enquanto os julgávamos, por exemplo, continuarmos sem se entender.” A reclamação é de um homem que nasceu, vive e trabalha em Luanda, e serve para retratar o clima de autoconfiança que começa a existir entre os angolanos — o fim da luta armada parece, de facto, um dado adquirido.

Mas um ano depois da assinatura dos acordos de paz, que hoje se completa, e da consequente abertura do regime político-policial, muita coisa veio à superfície, designadamente o bandidismo armado e a criminalidade urbana, fenómenos outrora reprimidos e escamoteados da opinião pública. Um pouco à semelhança do que se passou logo a seguir à abertura dos países da Europa de Leste, uma “abertura dos diques” arrasta perturbações sociais.

O massacre de sete portugueses em São Brás, Cabo Ledo, 70 quilómetros a sul de Luanda, no passado dia 25 de Abril, reacendeu em Angola a questão da segurança, sobretudo entre as comunidades estrangeiras radicadas no país. As circunstâncias e motivações do crime, em que dois casais e três crianças foram mortos, continuam ainda por esclarecer e um pouco por toda a parte as pessoas vão-se impondo um recolher obrigatório que interrompe as visitas a amigos e familiares a partir das dez horas da noite.

Neste caso, em que os presumíveis assassinos foram presos pela polícia angolana, as autoridades pareceram preferir o aproveitamento político do crime, ao responsabilizar a UNITA pela autoria, explorando afirmações do líder deste partido num comício em Benguela onde, segundo os relatos da comunicação social angolana, Jonas Savimbi se terá insurgido contra a presença de estrangeiros em Angola.

O facto de as autoridades angolanas não terem o cuidado de julgar e, se fosse caso disso, punir os presumíveis autores do crime, preferindo alimentar a exploração política daquilo que quase toda a gente interpreta apenas como um crime bárbaro, reacendeu em alguns círculos a discussão sobre o papel “pedagógico” que deve ter o sistema jurídico, na medida em que uma pena pesada pode desmobilizar potenciais criminosos.

Reabriu-se, designadamente, o debate sobre a pena de morte, que, em Angola — depois do período das execuções públicas —, já não é aplicada desde a última década, facto que constitui um dos pontos de honra do consulado de José Eduardo dos Santos. E rememoram-se histórias em que o povo fez justiça pelas próprias mãos, normalmente imolando pelo fogo, quase sempre amarrando a um pau, os autores dos mais banais delitos.

“Romperam-se as bolsas de segurança”

Os marginais actuam, de uma maneira geral, sem grande profissionalismo e dão pouca importância à vida humana, já que grande parte dos assassinios é motivada pelo roubo. Mas vão surgindo já alguns sinais de sofisticação. Há uma semana, Elias Dia Kimuezo (considerado por muitos “o rei da música angolana”) foi baleado no pescoço com uma arma munida de silenciador. Apesar da violência do ataque, o cantor sobreviveu, encontrando-se já fora de perigo. Os dois indivíduos que o abordaram na baixa da cidade de Luanda levaram consigo um vistoso Mercedes 190, azul, mas Kimuezo desconfia que o objectivo não era roubar-lhe o carro, mas sim liquidá-lo.

Numa sociedade fechada durante 16 anos, onde a informação da rádio, da televisão e dos jornais era seleccionada, o “mojimbo” (boato) foi ganhando terreno. E a ser verdade o que diz o povo, vão proliferando em Luanda os bandos organizados, perante a impotência da polícia.

Verifica-se aliás que uma parte significativa dos crimes é cometida pelos próprios agentes da segurança pública, fenómeno menos estranho do que parece numa sociedade dominada pela economia paralela e onde os salários são indexados aos preços do mercado oficial. Em Março deste ano, o ministro angolano do Interior, André Pita “Petrov”, anunciava que “apenas cerca de dez por cento” dos crimes registados em Angola tinham sido cometidos por funcionários do seu ministério.

Este clima de insegurança é para muita gente — sobretudo em Luanda — pior do que o que se viveu em 1975, nos momentos que antecederam e se seguiram à declaração de independência do país, “na medida em que todos os lugares e cidades ficaram agora abertos a toda a gente, a muitas pessoas que saíram dos exércitos da >>

>> UNITA e do MPLA e que recorrem à criminalidade para sobreviver”, opina um cidadão português, que optou, há 17 anos, por viver em Angola, terminando o curso no Instituto Superior Técnico. Na sua opinião, “aquilo a que agora se assiste em Angola é ao romper das bolsas de segurança que existiam nas grandes cidades e nos centros vitais para a vida do país, como Cambambe (pelo abastecimento de energia eléctrica) ou Cabinda (pela importância do petróleo).

“Nesses sítios, vivia-se num absoluto alheamento à situação de guerra em que se encontrava o país, também porque a comunicação social não dava notícia das sabotagens e dos atentados, que muitas vezes aconteciam aqui bem perto de Luanda”, afirma este engenheiro de 42 anos, para quem, apesar de tudo, “aquilo a que agora se assiste é a uma transição para uma sociedade aberta, que passa, necessariamente, pelos seus exauros”.

De um momento para o outro, os estrangeiros alteraram a sua rotina: nos fins de semana, deslocavam-se de carro para as praias do Sul (na zona aqui designada por “quilómetros”) e passeavam até à barra do rio Kuanza (50 quilómetros a sul); à noite, enchiam-se as esplanadas da ilha.

Depois do chamado “massacre de São Brás”, as praias da ilha passaram a ser o ponto de encontro, assemelhando-se, pelo índice de concentração de pessoas e de carros, às praias algarvias no pino do Verão. A mesma ilha que, à noite, é agora um deserto.

Estrangeiros de prevenção

Das respectivas embaixadas, designadamente dos países comunitários, os cidadãos estrangeiros receberam orientações para acautelarem a sua segurança pessoal e generalizou-se a opção de fazer regressar as crianças aos países de origem, logo após o fim do ano escolar — antecipado para Maio pela realização das eleições que terão lugar a 29 e 30 de Setembro. Sinal evidente deste movimento de saídas do país é o facto de durante os meses de Junho e Agosto os voos para as capitais europeias, a partir de Luanda, estarem

completamente cheios.

Os brasileiros do Projecto Kapanda, construção de uma barragem no Norte do rio Kuanza, tomaram a decisão — obrigatória para todas as famílias — de fazer regressar ao Brasil, em Junho e Julho, as mulheres e crianças. As dificuldades económicas em que se encontra o projecto não serão alheias a esta medida, já que estas famílias ocupavam uma urbanização de manutenção muito dispendiosa, a sul de Luanda, para lá do Futungo de Belas. Mas esta decisão é, obviamente, citada por grandes preocupações com a segurança.

Os franceses, sempre incapazes de adiar a data de abertura do respectivo ano escolar, ainda que coincidisse com uma sexta-feira, não têm, sequer, calendário defixado para o próximo ano lectivo. A derrogação também a escola portuguesa — uma cooperativa de ensino autónoma da estratégia de cooperação do Governo português — e um pouco por toda a parte as escolas deverão ficar fechadas durante os próximos sete meses.

Embaixador português tranquilo

A comunidade portuguesa em Angola, com cerca de 45 mil pessoas, é de longe a mais numerosa. Só em Luanda e arredores, o Consulado Geral de Portugal em Angola calcula que estejam entre dez e 15 mil cidadãos nacionais. É, por isso, natural que os portugueses sejam mais vezes vítimas de crimes do que, por exemplo, os suecos ou espanhóis. Esta é a opinião de Rocha Páris, embaixador de Portugal em Angola, que afirma não existirem razões objectivas para a criação de um plano de emergência.

O optimismo de Rocha Páris advém em grande parte do balanço positivo que faz do processo de democratização da sociedade angolana. Para o embaixador, “todos os que falam português no mundo encaram com um sentimento misto de satisfação, respeito, alegria e fé” o dia 31 de Maio. “A firma positiva como tem decorrido o referido processo e os progressos nele já registados dão campo às afirmações das duas partes envolvidas de que a paz é irreversível.”

“Campanha eleitoral começou há um ano”

António Matos, em Luanda

O chefe da representação portuguesa na Comissão Conjunta Político-Militar, embaixador António Monteiro, faz nesta entrevista o balanço dos primeiros 12 meses da transição para a democracia em Angola. Para além de vários atrasos — alguns explicados pelo facto de os dois partidos terem começado a campanha eleitoral no dia 31 de Maio de 1991 —, António Monteiro mostra-se preocupado pela excessiva desconfiança que ainda existe entre as partes signatárias dos acordos de paz.

António Monteiro, 48 anos, é o chefe da delegação portuguesa na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), organismo multilateral para acompanhamento da aplicação dos acordos de Bicesse, onde estão representados o Governo angolano, a UNITA e os observadores internacionais (Portugal, Estados Unidos, Rússia e, agora, as Nações Unidas). Natural de Angola (Bié), onde viveu até aos 14 anos (Luena), António Monteiro iniciou a carreira diplomática em 1968, com responsabilidades na política de África e da Ásia, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em 1971, reforçou a sua opção africana, dirigindo-se para Kinshasa, onde permaneceu até 1976. Nesse ano, troca a capital zairense por Roma — “o mergulho nos assuntos europeus” —, onde foi o número dois da embaixada portuguesa. Entre 1979 e 1981, foi vice-chefe do protocolo do Estado, após o que seguiu para a Representação Permanente de Portugal nas Nações Unidas, tendo permanecido em Nova Iorque até 1987. Foi, então, chamado a Portugal para chefiar o gabinete do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, ao tempo Eduardo Azevedo Soares, funções em que se manteve com Durão Barroso.

A partir de 1990, altura em que se iniciaram os “contactos exploratórios” com vista a um entendimento entre o MPLA e a UNITA, com “os bons ofícios dos portugueses”, como então se dizia, torna-se no “braço direito” de Durão Barroso para a questão angolana. Hoje, afirma que uma das razões por que está em Angola “é o apelo da terra onde nasceu”.

PÚBLICO — A CCPM faz um balanço destes primeiros doze meses de aplicação dos acordos de paz em Angola. Nem tudo correu bem?

ANTÓNIO MONTEIRO — Não podemos ignorar que houve atrasos em questões importantes e por vezes de difícil justificação. É o caso da extensão da administração central a todo o território, da libertação total e incondicional dos prisioneiros militares e civis, da neutralidade da polícia e da desmobilização. Mas eu tive sempre consciência de que a aplicação no terreno dos acordos políticos, com um calendário e mecanismos definidos, se ia defrontar com dificuldades de ordem prática; era preciso trabalhar com cuidado; pressas poderiam deitar tudo a perder. As partes também têm tido responsabilidade nestes atrasos, na medida em que ainda subsistem muitas desconfianças mútuas.

P. — Mas essas dificuldades não foram só de ordem material?

R. — As dificuldades de ordem material e financeira são uma realidade: a CCPM tem pedido apoio à comunidade internacional, sobretudo no sentido de reforçar os meios de transporte aéreo, dificuldade que está, por exemplo, na origem dos atrasos da formação das Forças Armadas e da desmobilização. Mas havia, quando partimos para o terreno, muita coisa não definida; as negociações tinham-se centrado nas questões políticas fundamentais e, na aplicação prática, verificou-se que muita coisa não estava bem discutida. Para além disso, os dois partidos entraram praticamente em campanha eleitoral desde 31 de Maio de 1991 e as eleições passaram a ser o objectivo principal, com prejuízo, às vezes, de alguns aspectos centrais do pro-

cesso.

P. — Cabinda é o calcanhar de Aquiles na aplicação dos acordos?

R. — Cabinda é um dos pontos delicados. É um caso delicado porque os acordos não distinguiram nenhuma parte do território angolano. Agora, é preciso ver como aplicar ali os pressupostos dos acordos. E fizeram-se progressos recentes no âmbito da CCPM, que só pode intervir na aplicação estrita dos acordos de paz, porque Cabinda é um problema interno de Angola; diz respeito a este Governo [de Angola], dirá respeito ao próximo, diz respeito às duas partes.

P. — Outro ponto delicado é a extensão da administração a todo o território...

R. — Esse é um problema em grande parte motivado pelo atraso do Governo em iniciar a extensão. A garantia da UNITA é de que não impede a extensão, e tem-no afirmado. O problema tem sido que o Governo quer uma administração efectiva e não decorativa. Mas, a partir deste momento, já não há tempo para adiantamentos.

P. — A essa questão está também ligada a do registo eleitoral, de cujo sucesso depende a realização das eleições...

R. — Em relação a esse processo, tem de se ir pela positiva. Tem de se fazer tudo para haver eleições em todo o território e, por isso, tem de se fazer o registo. E o Governo [de Angola] tem aí um papel fundamental, assim como a CCPM, na medida em que esse é um pressuposto dos acordos de paz. A UNAVEM [Missão das Nações Unidas para Verificação das Eleições em Angola] está empenhada nesse processo, mas julgo que serão precisos mais do que os 400 elementos destacados para o território angolano. Para a deslocação das brigadas de registo eleitoral, será também preciso reforçar os meios de transporte aéreo.

P. — Voltando à questão das Forças Armadas Angolanas, qual é o ponto da situação?

R. — Ainda hoje [sexta-feira] visitei o Instituto

Superior de Ensino Militar e o Estado-Maior das Forças Armadas. Tudo está definido. Mas neste processo aquilo que inquieta toda a gente é o número de efectivos. E aí radicam as principais dificuldades, desde logo porque os quartéis estão degradados. Em muitos casos, será preciso recorrer às tendas de campanha para os substituir. Estão também definidas

as quatro regiões militares do território, para além da zona militar de Cabinda e da Guarnição de Lúanda.

P. — Portugal tem tido algum protagonismo na mediação, no âmbito da CCPM. Nesse papel, o senhor embaixador foi acusado de estar mais próximo do Governo angolano?

R. — Fui acusado disso, publicamente, pelo “Terra Angolana” [jornal oficial da UNITA]. Mas há mais gente a falar de colagem entre o Governo [português] e o MPLA. Isso é falso. Temos ido além de tentativas e temos conseguido ser absolutamente imparciais neste processo.

P. — Mas não há fumo sem fogo...

R. — As pessoas confundiram as relações de Estado a Estado com relações de privilégio. Na lógica de guerrilha, em que ainda se encontram algumas pessoas da UNITA, quem não é por eles é contra eles; daí, talvez, essas acusações. Mas julgo que essa questão está ultrapassada: a UNITA já disse que houve tensões anteriores nas relações com o Governo português, que estão perfeitamente resolvidas.

P. — Com as todas as insuficiências que referiu, não teme que os três meses que faltam para as eleições sejam escassos para resolver tudo o que está atrasado?

R. — Eu utilizaria a linguagem do futebol: até aqui, o jogo está a ser jogado a meio-campo, mas esta não pode ser uma equipa a quem faltam os 30 metros até à baliza. É preciso chegar ao gol (que são as eleições) e, depois, acertar o resultado do jogo. ■

Amigos, amigos, co memorações à parte

GOVERNO e UNITA vão comemorar separadamente o primeiro aniversário da assinatura, no Estoril, dos acordos de paz para Angola. Apesar dos esforços desenvolvidos pelos observadores do processo, no âmbito da CCPM, o Governo patrocinará uma recepção para centenas de pessoas, cerimónia em que a UNITA, segundo uma fonte do partido, não estará representada "por não ter sido integrada na agenda em igualdade de circunstâncias com o Governo". A CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar, órgão multilateral que acompanha no terreno a aplicação dos acordos de paz) também não estará representada nesta cerimónia.

Apesar de separados nas comemorações, os líderes dos dois partidos que há um ano assinaram os acordos de paz para Angola encontraram-se, sexta-feira à tarde, para assinalar a proximidade da data, num ambiente que Savimbi qualificou de "muito fraterno". O encontro teve lugar na residência oficial do chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, e no final ambos se mostraram satisfeitos pelo caminho percorrido ao longo destes 12 meses.

"Da parte do Presidente da República encontramos a mesma abertura e as mesmas preocupações para que o processo não descarrile", disse Jonas Savimbi, que enfatizou o facto de "estar atrasado o processo de constituição das Forças Armadas", a continuação "de propaganda hostil" e a burocracia do sistema de registo eleitoral.

Entretanto, as Festas da Paz mobilizaram ontem à noite grande parte das sociedades recreativas e das discotecas de Luanda e invadiram algumas das ruas da cidade. E para que não haja espartilhos para aqueles que queiram prolongar os festejos pela madrugada de amanhã, o Governo decretou tolerância de ponto para segunda-feira. Isto depois de os "Centros Recreativos, Boites e Dancings" terem sido chamados, através de anúncio publico, do no "Jornal de Angola", "a levantarem os seus contingentes diários nas fábricas Nocal, Cuca e Refrinos [de cerveja], para as comemorações alusivas às assinaturas dos acordos de paz de Bicesse". — A.M.

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 27 MAIO 1992

SOARES PROVÁVEL EM ANGOLA A 29 DE JUNHO — A visita de Mário Soares a Angola deverá ter início a 29 de Junho, prolongando-se pelos primeiros dias de Julho. A data, sem confirmação oficial, foi avançada pelo próprio Presidente da República, numa entrevista à televisão angolana, difundida na última quinta-feira. Soares admitiu a data como provável em função da sua agenda e do fim da presidência portuguesa da CE. Na entrevista, o Presidente reafirmou a sua vontade de visitar Angola, dizendo que para tal está "às ordens dos angolanos". Soares defendeu os novos sistemas democráticos vigentes em países de expressão oficial portuguesa e abordou as relações comerciais de empresas portuguesas com Angola. Refira-se que a visita de Mário Soares esteve programada para Abril último, tendo sido adiada a pedido do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 29 MAIO 1992

SEM SATELITO COM ANGOLA — O Banco Mundial está satisfeito com as reformas económicas postas em curso pelo Governo de Angola, afirmou, em Luanda, Florent Agueh, da administração do banco. Num encontro que manteve com as autoridades angolanas e empresários norte-americanos que visitam o país, Florent Agueh garantiu que "Angola será uma potência regional, não só pelos seus recursos naturais como também pelo seu posicionamento, já que o contacto com a África do Sul possibilitará a diversificação de empresas". O Banco Mundial tem, em Angola, três projectos que contam com um financiamento de 160 milhões de dólares (cerca de 22 milhões de contos). —

DESDE que no dia 31 de Maio de 1991 o Governo angolano e a UNITA assinaram os Acordos de Paz, numa cerimónia realizada no Estoril, constituiu-se um organismo multilateral que ficou "obrigado" a conduzir a aplicação das condições acordadas para a realização, em 29 e 30 de Setembro de 1992, das primeiras eleições livres em Angola: a CCPM, Comissão Conjunta Político-Militar, organismo integrado por delegações dos dois partidos, de Portugal, dos Estados Unidos e da Rússia (enquanto observadores internacionais).

Aqui se registam os momentos mais significativos destes últimos 12 meses, segundo uma ordem cronológica:

15/05/1991 — Os dois movimentos (MPLA e UNITA) assinam o cessar-fogo. Entre esta data e 14 de Junho, o cessar-fogo é respeitado sem a presença de qualquer observador internacional no território angolano.

31/05 — Assinatura, em Lisboa, dos Acordos de Paz.

14/06 — Chegada a Luanda da delegação portuguesa à CCPM.

16/06 — Chegada a Luanda da delegação da UNITA, chefiada pelo eng.º Salupeto Pena.

17/06 — Primeira reunião ordinária da CCPM. No mesmo dia, este organismo é recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

18/06 — Primeira reunião ordinária da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF).

24/06 — Primeira reunião ordinária da Comissão de Constituição das Forças Armadas (CCFA). Apresentação da UNITA ao corpo diplomático, em recepção oferecida pelo Governo.

27/06 — Primeira participação da Missão das Nações Unidas para o Processo Eleitoral em Angola (UNAVEM) nas reuniões da CCPM.

29/06 — Visita da CCPM à Jamba.

13/07 — A Comissão Internacional da Cruz Vermelha (CICV) visita cadeias do Governo, assinalando o início do Processo de Libertação de Prisioneiros.

20/07 — Cerimónia formal de libertação de prisioneiros em Viana.

27/07 — Cerimónia formal de libertação de prisioneiros na Jamba.

11/08 — Início do movimento de tropas para as Áreas de Localização.

04/09 — Primeiro-ministro, Cavaco Silva, de visita a Angola inteira-se com a CCPM do andamento da aplicação dos Acordos de Paz.

10/09 — Na sequência de visita de Cavaco Silva, a

UNITA suspende os seus trabalhos na CCPM.

20/09 — Lopo do Nascimento é substituído por António França "N'Dalu" na chefia da delegação do Governo na CCPM.

29/09 — Jonas Savimbi regressa a Luanda.

01/10 — Jonas Savimbi discursa na CCPM.

09/10 — Aprovada a directiva sobre a formação das Forças Armadas Angolanas (FAA).

18/10 — Entrada em funcionamento do Secretariado Comum da CCPM.

12/11 — Secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, subsecretário de Estado americano Herman Cohen e responsável por África do MNE russo, Alexander Smirnoff, encontram-se em Luanda.

14/11 — Tomada de posse do Conselho Superior das FAA.

29/11 — Cerimónia formal, em Quibaxe, do início do Processo de Extensão da Administração Central.

03/12 — Início do primeiro curso da Escola de Formação de Oficiais Superiores do Huambo.

10/01/1992 — Tomada de posse dos chefes e adjuntos do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas.

20/01 — CCPM decide deslocar-se semanalmente às capitais de província para conhecimento dos problemas específicos da aplicação dos Acordos.

02/02 — Visita da "troika" comunitária dos ministros para o Desenvolvimento.

20/02 — Visita da representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, Margaret Anstee. Aprovação das condições da directiva de Desmobilização e de Reinserção Social das FAPLA (Exército do Governo) e das FALA (Exército da UNITA).

27/02 — Fernando Nogueira, ministro português da Defesa, visita Angola.

12/03 — No âmbito da CCPM, é criada a Comissão Contra Propaganda Hostil.

26/03 — Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anuncia a data das eleições: 29 e 30 de Setembro.

31/03 — Início do Processo de Desmobilização.

06/04 — Início do 2º curso de oficiais na escola do Huambo.

13/04 — Herman Cohen visita Angola e reúne-se com os intervenientes no Processo de Paz, reiterando a "obrigação das eleições se realizarem na data marcada".

23/05 — Início do Processo de Registo Eleitoral.

28/05 — Governo angolano informa a CCPM das dificuldades na aplicação do Processo de Extensão da Administração Central.

António Matos, em Luanda

A Igreja em Angola e Moçambique

PUBLICO
10 MAIO 1992

UMA DAS curiosidades do actual panorama político-social de Angola e de Moçambique, ao fim de longos anos de guerra, é que os movimentos que sempre diáseram lutar contra o comunismo e a favor dos valores cristãos não têm agora, de uma forma clara e inequívoca, o apoio da hierarquia católica, parte da qual permanece neutra ou se inclina até para o convívio com os partidos governamentais que, durante muito tempo, se inspiraram na doutrina marxista-leninista.

Por outro lado, o tão esperado (em alguns círculos portugueses) apoio dos bispos angolanos ao antigo sacerdote Joaquim Pinto de Andrade e à formação política que a ele se associasse não parece de forma alguma consubstanciar-se, encontrando-se os prelados de Angola aparentemente muito mais inclinados para dividir as suas simpatias entre a UNITA e o MPLA.

Ao ouvirmos no passado domingo, durante um encontro ecuménico organizado em Carcavelos pela Oikos e por outras organizações não-governamentais (ONG), o sacerdote católico angolano Bernardo Bougo e o director da revista missionária portuguesa "Além-Mar", Arlindo Ferreira Pinto, o que mais nos ficou foi a forma como — por igual — culpavam tanto a UNITA como o MPLA, tanto a Renamo como a Frelimo, dos males que há cerca de 16 anos se vivem em Angola e em Moçambique.

Não se trata de uma novidade, mas sim de uma confirmação, pois que desde o início deste ano, pelo menos, temos vindo a assistir a diferentes tomadas de posição de entidades católicas no sentido de que naqueles países (em relação às formações políticas que foram ou ainda são beligerantes) não há uns "bons" e outros "maus", todos devendo acarretar por igual com a sua quota-parte de responsabilidade nos sofrimentos dos respectivos povos.

Quando colocámos ao padre comboniano Arlindo Ferreira Pinto a hipótese de uma parte importante da Igreja em Angola apoiar Pinto de Andrade ou algum dos novos partidos (que não deverão ter tantas possibilidades eleitorais quantas as dos que andaram a combater-se um ao outro de 1975 a 1991), respondeu-nos mais ou menos que não acredita muito nisso: a hierarquia católica irá de preferência aproximar-se de um ou outro dos "dois grandes" (no Sul, da UNITA e, no Norte, do MPLA), a fim de no futuro poder ter o maior peso possível, recuperando influências perdidas. ■

Cristãos de Cabinda vão proteger o Papa

PUBLICO
QUINTA-FEIRA, 28 MAIO 1992

O PADRE Luis Congimbe, secretário-geral da comissão organizadora da visita do Papa a Angola, pediu aos cristãos de Cabinda que protejam João Paulo II na sua visita àquela província. Em declarações à Angop, a agência angolana de notícias, Congimbe afirmou que "o povo fiel de Cabinda" é que deverá assumir a responsabilidade "de guarda do Papa João Paulo II". Este apelo surge em resposta a um comunicado da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), segundo o qual aquela organização política declina "qualquer responsabilidade" em eventuais ocorrências durante a visita do Papa Wojtyła ao território. Entretanto, em Roma, Fátima Roque, responsável da UNITA para a área de Economia, manifestou o desejo de que a viagem possa favorecer a reconciliação entre os angolanos. "Gostaríamos que esta visita não fosse organizada por um partido comunista, como o MPLA", disse Fátima Roque. "Mas compreendemos que o Vaticano, enquanto Estado, seja obrigado a guardar boas relações com outros países, abstraindo do seu regime político", acrescentou. Entre 4 e 10 de Junho, João Paulo II visitará Luanda, Cabinda, Benguela, Huambo, Huíla e M'banza Congo. No dia 6, o Papa desloca-se também à República de S. Tomé e Príncipe. ■

Formação política em Angola

PUBLICO
SABADO, 30 MAIO 1992

OS INSTITUTOS internacionais dos partidos Democrático e Republicano, dos Estados Unidos, vão realizar em Angola, a partir de meados do próximo mês de Junho e até Setembro, uma série de seis seminários orientados para "a educação e treino político" dos partidos políticos e instituições cívicas. Nos últimos dias, uma missão conjunta destes dois institutos esteve em Luanda, onde fez o levantamento das necessidades das organizações, tendo concluído — segundo

um relatório apresentado à imprensa — que "existe um elevado nível de colaboração e interacção entre os diferentes partidos". Mark Siegel, do Instituto Democrático Americano, afirmou-se "impressionado com a estrutura do Conselho Nacional Eleitoral", que descreveu como "positivo e sofisticado, o que pode evitar problemas maiores até às eleições". Prevê-se que cinco milhões de angolanos se inscrevam para votar nos dias 29 e 30 de Setembro. ■

PUBLICO
QUINTA-FEIRA, 28 MAIO 1992

Autódromo de Luanda faz hoje 20 anos

ASSINALANDO a passagem do 20º aniversário sobre a inauguração do Autódromo de Luanda, ocorrida a 28 de Maio de 1972, um grupo de adeptos do automobilismo desportivo, que na altura se encontrava na capital angolana, decidiu promover um jantar de confraternização em Lisboa, procurando reunir também pilotos e mecânicos que nessa altura competiam na pista de Luanda. O jantar está marcado para o próximo dia 5 de Maio, em Algés, e os interessados poderão contactar o jornalista Hélder de Sousa pelo telefone nº 2931774. ■

PUBLICO

SABADO, 30 MAIO 1992

Amigos de Cabinda reúnem-se em Junho

NATURAIS e ex-residentes do enclave de Cabinda (Angola) realizarão o seu convívio anual no próximo dia 7 de Junho, na Senhora da Saúde

da Serra, entre Vale de Cambra e Sever do Vouga. O encontro é promovido pela Liga dos Amigos de Cabinda, que na altura aproveitará para fa-

zer um apelo ao envio de doativos de roupas, medicamentos, livros escolares e alimentos para o Seminário de Cabinda. ■

Músico baleado em Luanda

ELIAS Dia-Ki-Muezu, considerado um dos pais da música popular urbana de Angola, foi este fim-de-semana alvejado a tiro em Luanda e, embora livre de perigo, encontra-se hospitalizado. Desconhecem-se as circunstâncias em que se deu a ocorrência. Elias Dia-Ki-Muezu, nome que em dialecto quimbundo significa Elias das Barbas, iniciou a sua carreira musical nos anos 50, época fortemente influenciada pelos ritmos latino-americanos. Juntamente com Liseu Vieira Dias, líder do conjunto Ngola Rítmos, foi um pioneiro na investigação das tradições musicais de Angola. Canta normalmente em quimbundo e é dos poucos músicos africanos que dominam esta língua. Recentemente, esteve em Portugal para gravar um álbum com os sucessos mais importantes da sua carreira. ■

PUBLICO SABADO, 30 MAIO 1982

FRANÇA SUBSIDIA ANGOLA — A Caixa Central de Co-ope-ção Económica (COCE) francesa prevê financiar, ainda este ano, projectos de reabilitação de electricidade nas capitais das províncias de Uíge, Bié, Moxico e Kuanza Sul. Segundo o director daquela instituição, Christian Flamant, a COCE pretende investir também em projectos de infra-estruturas de navegação aérea e na reabilitação dos caminhos-de-ferro de Luanda, Benguela e Namibe. Flamant estima que os investimentos da instituição que representa em Angola deverão ascen-der a 350 milhões de francos. ■

PUBLICO TERÇA-FEIRA, 30 MAIO 1982

FLEC reivindica atentado

O ESTADO-MAIOR das Forças Armadas de Cabinda (FLEC-FAC) reivindicou ontem em Kinshasa, num comunicado en-tre-ado à agência Lusa, a responsabilidade pelo incêndio numa das plataformas petrolíferas de Makonga, naquela província angolana. Segundo aquela entidade, o atentado foi cometido quarta-feira da semana passada por unidades especiais que se infiltraram nas instalações, propriedade das companhias norte-americanas Gulf Oil e Chevron. O comunicado afirma que a costa de Cabinda é uma "zona de guerra" e que a FLEC-FAC, dirigida por Nzita Henriques Tiago, continuará as suas ac-ções até ser reconhecido o direito do povo de Cabinda à autode-terminação. No dia 8 de Junho o território será visitado pelo Papa João Paulo II. ■

Carlos do Carmo em Cabo Verde

CARLOS DO CARMO seguiu a lotação da sala de espectá-culos do Palácio da Assembleia Nacional Popular, na Cida-de da Praia, em Cabo Verde, num concerto ante-hier à noite, ao contrário do que há dias sucedera com Amália Ro-drigues, que, em Cabo Verde, cantou para uma sala vazia. Os bilhetes para este concerto eram muito mais baratos e o facto terá contribuído para a afluência do público ao espec-táculo, promovido pela delegação da TAP Air Portugal na Praia e integrado nas comemorações do 10 de Junho em Cabo Verde. Amanhã, o fadista actua no Mindelo, na Ilha de São Vicente. Em Agosto, a Tap Air Portugal patrocinará uma digressão de Paulo de Carvalho a Cabo Verde. ■

Cabo Verde

PUBLICO SABADO, 30 MAIO 1982

Debate constitucional

QUASE três meses depois de o Movimento para a Democracia (MPD) ter apresentado ao país o seu anteprojecto constitu-cional, chegou esta semana a vez de dois partidos cabo-verdianos da oposição fazerem o mesmo: quinta-feira o PAICV e ontem a UCID.

Com 324 artigos, a proposta do PAICV consagra um vasto leque de direitos, garantias e li-berdades individuais; contem-pla preocupações ecológicas; ad-mite a coexistência económica entre os sectores público, priva-do e associativo; e propõe o se-mipresidencialismo.

A apresentação foi feita pelo jurista Aristides Lima, líder da bancada parlamentar do PAICV, há 16 meses na opo-sição.

Tal proposta apresenta vá-rios aspectos não contemplados pelo anteprojecto do MPD, o partido actualmente no Gover-no. Designadamente, um Con-selho Económico e Social e uma Alta Autoridade para a Comu-nicação Social.

Quanto ao Presidente da República, reserva-lhe o poder de dissolver o Parlamento, "ou-vidos os partidos políticos nele representados e o Conselho de Estado".

A nível jurisdiccional, o parti-do liderado pelo antigo primei-ro-ministro Pedro Pires propõe um Supremo Tribunal de Justi-ça de cinco elementos, nomea-dos pelo Presidente da Repú-blica.

O anteprojecto governa-mental prevê dois juizes no-meados pelo Presidente, dois pelo Parlamento e um pelo Conselho Superior da Magis-tratura, tendo sido bastante criticado pela União Cabo-Verdeana Independente e De-mocrática (UCID).

Duas línguas

No campo da Cultura, a proposta do PAICV prevê que o Estado se comprometa a proteger e a ministrar o

ensino do crioulo e do portu-guês, as duas línguas nor-malmente faladas no país, di-zendo que a segunda é "pa-trimónio comum dos povos que a utilizam".

Apesar das novidades que possa conter, coloca-se porém o problema de o PAICV só ter 23 dos 79 de-putados, pelo que não lhe se-rá fácil fazer triunfar as suas iniciativas.

Aristides Lima pediu mesmo ao MPD que três dos deputados governamentais subscrevam a proposta do PAICV, a fim de que a mes-ma possa ser devidamente tomada em consideração e debatida: "Ela não aparece contra ninguém. Visa apenas o interesse do país".

O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde pretende promover uma reunião das diversas forças da oposição acerca da revisão constitucional. E o facto de a UCID, sem repre-sentação parlamentar, ter apresentado ontem a sua proposta poderá facilitar tal intenção.

A UCID — só legalizada depois das eleições legistati-vas e presidenciais do pri-meiro trimestre do ano pas-sado — pediu para Cabo Ver-de um regime presidencialista, à imagem e semelhança dos Estados Unidos: um Pre-sidente, um vice-presidente e duas câmaras legislativas.

Cada ilha seria mesmo como que um território autó-nomo, com o seu "governo regional". E aquele partido disse que "o regime parla-mentar não é o melhor, por-que visa governamentalizar os actos do Presidente da Re-pública".

A oposição lamentou que a apresentação dos seus pro-jectos constitucionais tenha tido muito menos espaço nos órgãos de comunicação social do que a do Governo. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Falta de combustível para o Papa em S. Tomé

EM VÉSPERAS da primeira viagem do Papa João Paulo II a São Tomé, a 6 de Junho, o ministro da Indústria deste país, Azeiro dos Prazeres, iniciou ontem negociações com representantes do Governo angolano para o fornecimento de combustível, cuja falta — nomeadamente de gasóleo — está a afectar o abastecimento de energia eléctrica à escala nacional. Assim, e apesar de estar a ser preparada com o maior cuidado — várias missões da Santa Sé deslocaram-se nas últimas semanas a São Tomé —, existe alguma receio quanto ao sucesso da visita papal se Angola não enviar, nos próximos dias, o combustível. "A visita está à porta e, mesmo que seja necessário fretar um petroleiro, fi-lo-amos", assegurou ao PÚBLICO um elemento do partido governamental. Durante os encontros, será analisada a situação da dívida são-tomense a Angola, avaliada em cerca de 30 milhões de dólares (4,2 milhões de contos) e maioritariamente resultante da compra de combustível desde 1975. O sector das pescas será outro dos assuntos em discussão, devendo Azeiro dos Prazeres, que também detém a pasta do Comércio, Turismo e Pescas, abordar o relançamento da actividade comercial entre os dois países. Refira-se que Angola também fornece cimento aos são-tomenses. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 23 MAIO 1982

DURÃO BARROSO NA PAZ PARA MOÇAMBIQUE — O Governo português passará a ter uma participação mais activa nas negociações para a paz em Moçambique, no seguimento do convite formal feito pelas partes interessadas — governo moçambicano, Renamo e Governo italiano — ao secretário de Estado Durão Barroso para participar como observador nos contactos que têm decorrido em Roma, sob a mediação da Comunidade de Santo Egídio. O início de uma nova ronda, marcado para ontem, foi adiado. O PÚBLICO apurou que Durão Barroso — que estará ausente do país, no Chile e no Brasil, de hoje a 15 de Junho — participará pessoalmente nas negociações, sempre que a sua agenda o permita. Em caso contrário, será substituído por António Secília, alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que já acompanha o processo.

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 20 MAIO 1982

Chissano com Jardim

A ABERTURA de Moçambique para receber os madeirenses radicados na África do Sul deverá ser abordada nas conversações que o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, mantiverá com o chefe do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, durante a sua visita ao arquipélago, a 6 e 7 de Junho, no âmbito da sua visita oficial a Portugal. ■

EM PRÉSTAMO A MOÇAMBIQUE — O Banco Africano de Desenvolvimento vai conceder a Moçambique um financiamento de dois milhões de dólares para incremento da produção de chá, foi anunciado em Maputo. A verba destina-se a ser aplicada na reabilitação de diversas fábricas de processamento do produto, tendo em vista a recuperação de um lugar cimeiro no "ranking" mundial dos exportadores de chá. ■ PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 20 MAIO 1982

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 20 MAIO 1982

ATUNES LIBERADOS EM SÃO TOMÉ — O secretário de Estado da Administração Local parte hoje para São Tomé e Príncipe, onde assinará um protocolo de cooperação no âmbito do seu pe-
louro entre o Ministério português do Planeamento e Administração do Território e o seu congénere são-tomense. Além de Cabo Verde e São Tomé, Portugal tem mantido acções de cooperação no domínio da administração local na Bulgária e na Hungria. ■

PÚBLICO SÁBADO, 30 MAIO 1982

Coronéis na paz para Moçambique

OS CORONÉIS Ataíde Montez e Francisco Roque partem amanhã para Roma a fim de participarem na nova ronda de negociações, entre a Frelimo e a Renamo, para a obtenção da paz em Moçambique, que deverá começar na quarta-feira.

Apesar do convite ser consensual, a participação de Portugal, como observador, nas negociações para a paz em Moçambique, mediadas pela Itália, não está ainda garantida, apurou o PÚBLICO junto do gabinete do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso. A certeza sobre se Ataíde Montez, Francisco Roque, e o representante português nas negociações, António Zennfelte, se sentarão à mesa das conversações só surgirá na própria quarta-feira quando for discutido o primeiro ponto da agenda: a definição dos critérios de participação de Portugal.

A presença de Ataíde Montez — ex-delegado português às conversações de paz para Angola e ex-chefe-adjunto da missão portuguesa junto da comissão mista de verificação e fiscalização do cessar-fogo em Luanda — e de Francisco Roque — ex-representante de Portugal na comissão mista de verificação dos acordos parciais de paz relativos aos corredores da Beira e do Limpopo — nas conversações deve-se ao facto de em cima da mesa irem estar questões militares, como a da criação de um exército único em Moçambique. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 20 MAIO 1982

ISABEL CORTE-REAL EM BISSAU... — A secretária de Estado da Modernização Administrativa manifestou ontem a disponibilidade de Portugal para responder aos pedidos da Guiné-Bissau no âmbito da reforma administrativa, uma das prioridades das autoridades locais, noticiou a Lusa. Isabel Corte-Real falava na sua chegada a Bissau, para uma visita oficial de cinco dias, a convite do ministro guineense da Função Pública e do Trabalho. "Portugal tem tido a preocupação de construir com o Governo da Guiné-Bissau soluções sólidas no domínio da reforma administrativa", disse a secretária de Estado. ■

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 20 MAIO 1982

Joaquim Chissano na AI Portuense

A ASSOCIAÇÃO Industrial Portuense vai celebrar o seu 143º aniversário, no próximo dia 4 de Junho, com a inauguração do novo edifício de serviços e formação profissional e do Instituto Empresarial Portuense. No mesmo dia, tomará posse a nova vice-presidente executiva da associação, Elisa Taveira, tendo a Assembleia Geral de associados já aprovado a sua admissão, em reunião realizada anteontem.

O Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, deverá, entretanto, assistir à assinatura do protocolo de instituição da Sociedade de Promoções Empresariais Luso-Moçambicanas, entre a AI Portuense, a Associação Industrial de Moçambique, o Norpedip e o Instituto de Desenvolvimento da Indústria Local (IDIL) de Moçambique. Chissano deslocar-se ao Porto em visita particular, especialmente para o evento, que terá lugar no dia 5 de Junho.

No dia do seu aniversário, a associação empresarial homenageará ainda os seus sócios mais antigos, apresentará o seu novo serviço de videotexto para os associados e entregará os prémios relativos ao concurso de "design" que entretanto promoveu. ■

EM APELO A PORTUGAL
EXPRESSO, SÁBADO 30 DE MAIO DE 1992

Chissano pede reunião com Dhlakama

O PRESIDENTE da República de Moçambique pediu a Mário Soares que interceda no sentido de promover um diálogo directo entre as lideranças da Frelimo e da Renamo — soube o EXPRESSO junto de uma fonte do Palácio de Belém.

Durante uma conversa telefónica, há semanas, Joaquim Chissano transmitiu a Soares a sua disposição para se encontrar com Afonso Dhlakama sem qualquer lugar e a qualquer momento». Justificando a iniciativa, Chissano terá sublinhado, num tom que a fonte considerou «algo desesperada», que a situação global de Moçambique continua a deteriorar-se.

O apelo do Presidente moçambicano é tanto mais significativo quanto, até agora, sempre se recusou a participar numa cimeira com Dhlakama, que não está disposto a protagonizar

(Continuação de 1ª página)
uma segunda edição de Obaldite — o encontro entre o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, em Junho de 1989, que se saldou por um malogro. Ainda no passado dia 1 de Maio, usando da palavra num comício em Maputo, Chissano afirmou que um encontro com Dhlakama apenas serviria para publicar fotografias nos jornais.

Ao apelo feito a Mário Soares não será estranho o relativo impasse a que chegaram as conversações de Roma. Uma fonte diplomática conhecedora do «dossier» salientou que a Renamo está a forçar a nota, tirando partido da fraqueza da Frelimo e do Estado moçambicano».

A diplomacia portuguesa tem tido uma acção muito discreta no processo de paz, mas já este ano as duas partes convidaram, formalmente, Portugal para uma intervenção mais activa — à semelhança, aliás, do que aconteceu com Angola. De momento, um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, António Senfeli, está colocado em

Roma para acompanhar as conversações, nas quais está prevista a participação do secretário de Estado português da Cooperação, Durão Barroso.

O encontro entre os dois líderes moçambicanos poderá ser discutido em Lisboa, onde Chissano se deslocará após a sessão de encerramento da ECO-92, no Rio de Janeiro.

Instada pelo EXPRESSO acerca de um eventual encontro, em Lisboa, entre Chissano e Dhlakama, a embaixadora de Moçambique em Lisboa, Esperança Machavel, foi laconica: «Não tenho conhecimento de nada».

Mandela e as massas

NELSON MANDELA, o presidente do Congresso Nacional Africano, defendeu ontem "acções de massas", como greves e manifestações, para quebrar aquilo que definiu como "a intransigência" do Governo nas negociações constitucionais. A confederação sindical COSATU, próxima do ANC, já tinha anunciado nesta semana, para meados de Julho, "acções de massas numa escala sem precedentes".



O DIRIGENTE da organização de extrema-direita sul-africana Afrikaner Resistance Movement (AWB), Eugene Terre Blanche, afirmou ontem que os membros deste grupo paramilitar estão prontos a declarar guerra ao Governo para impedir que os negros tomem conta do país. "Se o Governo quer guerra, terá guerra", disse Terre Blanche a 500 membros da AWE, reunidos na sexta-feira num "congresso mundial", em Elerkadorp. No final do encontro, o Victory Commando e o Iron Guard desta organização fizeram uma demonstração das suas capacidades: os primeiros actuando ao estilo dos ninjas, enquanto os segundos, a cavalo e de cabeça encapuçada (na foto), mostravam a cerca de 300 dos presentes como decapar cabeças. ■ PUBLICO DOMINGO, 31 MAIO 1992

África do Sul

Codesa 3 ainda demora

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 28 MAIO 1992

A TERCEIRA sessão plenária da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa) só se efectuará possivelmente depois do fim de Junho, pois que ainda não se conseguiram ultrapassar as dificuldades surgidas há 10 dias, durante a segunda sessão, que contou com observadores da Comunidade Europeia, da ONU e da Organização de Unidades Africanas (OUA).

As relações entre o Governo sul-africano e o ANC atingiram em meados deste mês o seu ponto mais baixo desde o ano passado, sendo agora necessário esperar mais quatro ou cinco semanas até que conversações de bastidores ajudem a avançar no caminho de uma Administração Interina e da escolha de uma Assembleia Constituinte.

O Partido Nacional e o Governo dele saído desejam assegurar que o ANC, mesmo que conte com o apoio de 52 ou 54 por cento do eleitorado, não fique com todo o poder e que não decida só por si sobre o futuro da África do Sul, sendo também necessário dar a palavra aos grupos minoritários, como é o caso da comunidade



Mandela, ontem, na Suíça, com o presidente do Comité Olímpico Internacional, Juan Antonio Samaranch

branca. As forças até hoje na Administração entendem ser necessário preservar os direitos de brancos, mestiços e asiáticos, não se permitindo que o ANC governe o país a seu bel-prazer, apesar de o movimento presidido por Nelson Mandela se considerar maioritário e ad-

mitir que possa ter os votos de mais de 53 por cento dos sul-africanos. A delegação do Governo à Codesa, chefiada pelo ministro da Defesa, Roelf Meyer, defende um complicado sistema constitucional para a completa democratização da África do Sul, pretendendo assim assegurar

que não haverá qualquer "ditadura" e que grupos representativos de 12 ou 13 por cento do eleitorado sejam quase tão ouvidos nas questões fundamentais como algum que eventualmente fique com maioria absoluta. A Comissão Permanente da Codesa tem um mandato para

examinar os relatórios dos diferentes grupos de trabalho que funcionaram até agora e para convocar nova sessão plenária, que poderá ser em finais de Junho ou ficar para Julho.

Nos últimos 10 dias, órgãos de informação sul-africanos e estrangeiros apresentaram panoramas dramáticos da crise por que está a passar esta fase de transição, mas todos os intervenientes na Convenção desejam que a mesma prossiga e que se chegue dentro de poucos meses a um Conselho Executivo em que estejam representadas as principais sensibilidades da África do Sul.

Atrair os conservadores

Na semana passada o Governo conferenciou com o Partido Conservador (situado à sua direita) e procurou convencê-lo a aderir à Codesa, mas não se chegou a nada de concreto.

De fora mantêm-se também formações da extrema-esquerda, como o Congresso Pan-Africano (PAC), que aponta para nove ou 10 por cento do eleitorado e de cujo êxito ou fracasso depende também que o ANC fique aquém ou além da barreira de uns 55 por cento dos votos que muito gostaria de atingir.

Actualmente de viagem pe-

la Europa, Mandela tem vindo a procurar dissipar os receios de que uma Administração ANC nacionalize grande parte da economia sul-africana e a tentar, em vão, que alguns países ainda mantenham as sanções decretadas contra Pretória durante a vigência do apartheid.

A questão das nacionalizações vai ser examinada por uma conferência que o ANC realiza de 28 a 30 de Maio — explicou Nelson Mandela na Suíça, depois de ter conferenciado com a Alta Comissária das Nações Unidas para os Refugiados, Sadako Ogata.

Enquanto isto, a direcção do movimento procura desenvencilhar-se de Winnie Mandela, que se separou de Nelson e que é acusada de desvio de fundos, quando o ano passado estava a dirigir o departamento de Assuntos Sociais.

Durante este último fim de semana, Winnie foi afastada da presidência da Liga Feminina do ANC na região de Joanesburgo, depois das notícias de que ela e o seu antigo adjunto nos Assuntos Sociais, Dali Mputu, se teriam apropriado de 400.000 randes (cerca de 18.000 contos) recolhidos no estrangeiro para as actividades do movimento.

Winnie e o jovem advogado Dali viajaram em Concorde e instalaram-se em hotéis de luxo, numa intimidade que levou Nelson Mandela a optar pela separação, apesar de todo o amor que por ela disse continuar a manter. ■

Steven Low, em Joanesburgo

Aeronáutica deve repassar

US\$ 120 milhões à estatal

A Aeronáutica prometeu à Embraer repassar até o final de junho outros US\$ 20 milhões (Cr\$ 55,5 bilhões) para pagamento dos direitos trabalhistas dos 2.800 empregados a serem demitidos.

A empresa também pediu empenho da Aeronáutica para obter do Governo autorização especial para a venda de 80 aviões Tucano para a África do Sul e 25 AMX para Formosa. O superintendente da estatal, Ozires Silva, disse ontem que está se empenhando junto ao Itamaraty para conseguir autorização para entrar na concorrência dos aviões para a África do Sul.

TRIBUNA DA IMPRENSA 27/05/92

Mandela denuncia monopólio branco na imprensa

PRAGA - O presidente do Conselho Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, criticou diante do Congresso Mundial dos jornais da FIEJ (Federação Internacional de Editores de Jornais), em Praga, o monopólio da imprensa "dos brancos" em seu país, "que não expressa mais a experiência e a maneira de viver da grande maioria negra" na África do Sul.

"É necessário que esses meios de comunicação, nas mãos de proprietários que representam uma minoria de 15% da população sul-africana, sejam redistribuídos", declarou Mandela diante dos editores de 60 países reunidos no Congresso da FIEJ.

O líder do CNA adiantou que um "reajuste" desta situação e uma "revisão" do controle da distribuição da imprensa assegurarão o "livre fluxo de informações", que faz parte das reivindicações de seu movimento nas negociações constitucionais, destinadas a obter uma divisão do poder na África do Sul entre o governo branco e a maioria negra.

Copiedade de honra da FIEJ, Mandela veio a Praga numa visita de caráter particular e destacou o "enorme apoio" dado à luta contra o apartheid pelo governo anterior (comunista) tcheco nos últimos 30 anos, criticando indistintamente a posição atual da Tcheco-Eslôvaquia, que assinou acordos de cooperação econômica com Pretória.

Itamarati condena venda de Tucanos à África do Sul

Denúbio Rodrigues

O presidente da Embraer, Ozires Silva, está sendo esperado no Itamarati ainda esta semana, para ouvir do chanceler Celso Lafer, ponderações a respeito da pretendida venda de 40 aviões Tucano para a África do Sul, por parte daquela empresa, e que vem causando apreensões na nossa diplomacia. É que, caso fosse concretizada a negociação, o Brasil se tornaria o primeiro país a romper o embargo imposto pelas Nações Unidas (ONU) contra Pretória, ainda vigente quanto a armamentos, o que não deixa de ser contratório para quem diz estimular "uma política mais que fraterna, em relação à África em geral".

O presidente do Conselho Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, também já fez chegar ao nosso embaixador no capital sul-africano, Igor Carrilho, suas preocupações sobre o tema, embora compreenda e respeite a necessidade de a indústria brasileira na área ter de abrir espaços, apesar do boicote internacional que padece. O Itamarati, que continua a manter sua política de coerências, embora nem sempre seja possível cumpri-la, considera preocupante negociar esses aparelhos neste momento, até mesmo porque eles servirão a treinamentos avançados para militares da Força Aérea.

Multirracial — As objeções contra a venda baseiam-se em

uma relação de negócios mais abrangentes com os africanos em futuro próximo, levando em conta as possibilidades de serem vendidos não só Tucanos, mas também Bandeirantes, em breve, para a Nigéria, Namíbia e Zimbábue, dentro de uma outra perspectiva. O Brasil, além disso, é candidato a um posto no Conselho de Segurança da ONU, e tal aspiração poderia sofrer arranhões, caso os aviões fossem negociados com Pretória, no momento.

O Itamarati entende ainda que a África do Sul transforma-se, em curto prazo em uma sociedade multirracial e teme que o futuro governo possa cancelar o restante das prestações autorizadas pelo regime atual. Os 250 milhões de dólares, que seriam um excelente reforço de caixa à Embraer, poderiam se transformar em pesadelo, embora também os diplomatas entendam os problemas financeiros da empresa. A provável negociação, tida como precipitada neste momento, poderia também causar embaraços a uma missão naval brasileira, de partida para a Namíbia e que prevê outros negócios em nações vizinhas (a visita prende-se ao estudo, com autoridades locais, da forma de como a Marinha de lá possa ser criada, com nossa assessoria total). O Itamarati não deseja erro de cálculo que possam nos enfraquecer, para alegria de outros países sempre à espera de nossas derrapadas na África.

CORREIO BRAZILIENSE 23/05/92

Desmond Tutu censura onda de violência

Cidade do Cabo — O arcebispo anglicano e Prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu pediu ontem que sejam tomadas medidas concretas contra a onda de violência no país, depois de uma reunião com o presidente sul-africano Frederik De Klerk, na qual estiveram presentes vários dignitários religiosos.

O presidente do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, lançou por sua parte, em Helsínque, um pedido à comunidade internacional para que mantenha as sanções contra Pretória até a instauração de um governo democrático, depois de reunir-se com os principais dirigentes da Finlândia, durante um giro que já o levou à Noruega e Suécia).

Tutu indicou à imprensa que o presidente De Klerk deu garantias à delegação sobre a decisão de seu governo de combater de maneira decidida a violência que já deixou sobre mil 400 mortos desde fevereiro de 1990.

África do Sul optará pelo compromisso

Jorge Heitor

O representante em Portugal do Presidente De Klerk entende que a chave para os problemas do seu país está na partilha do poder entre diversos grupos étnicos e políticos e numa adequada política de equilíbrios, que evite quaisquer tendências ditatoriais e o atropelo de certos interesses em benefício de outros.

O embaixador Pieter Swanepoel, de 44 anos, afirmou ao PÚBLICO estar muito optimista quanto ao futuro da África do Sul, apesar do longo caminho negocial ainda a percorrer e das muitas dificuldades que decerto irão surgindo pelo meio, durante um período cuja duração não é fácil de prever.

Homem afável, antigo assessor de imprensa do Presidente Frederik de Klerk, insistiu em que a solução para as muitas contradições aparentemente existentes se encontra na partilha do poder e numa adequada política de equilíbrios ("checks and balances"), para que uma força que eventualmente consiga 51 ou 52 por cento dos votos, como poderá ser o caso do ANC, não fique com 100 por cento da capacidade decisória.

Swanepoel disse-nos não concordar que um partido

maioritário seja o único a governar, até porque não vê nenhum grupo capaz de chegar a qualquer coisa que se pareça com três quartos do eleitorado: "Uma formação ou aliança que congregue um pouco mais de metade dos votos não pode ignorar os desejos dos restantes 45 por cento."

Assim, no seu entender, terá de se chegar a um compromisso, durante as próximas sessões plenárias da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), que desde há seis meses vem a delinear as grandes linhas ao longo das quais o país se estruturará neste fim de século.

Estrutura muito complexa

A sociedade sul-africana é extremamente complexa, pois se foi a pioneira das transplantações cardíacas e se tem capacidade nuclear também engloba largos extractos terceiro-mundistas; e é em funções destes diferentes estágios de desen-

volvimento que terá de se actuar, evitando as simplificações e o seguimento de modelos pouco adequados à realidade concreta — explicou-se o embaixador, que regularmente costuma escrever para os diferentes órgãos portugueses de informação, a analisar a par e passo o que é que vai acontecendo no seu país.

Talvez que a Codesa 3 já não possa ser antes do fim de Junho, "não é fácil prever", mas também é de admitir que o Parlamento (que então deveria ir de férias) prolongue os seus trabalhos por algumas semanas, a fim de aprovar legislação consequente com o que en-

tretanto vier a ser determinado nas negociações constitucionais — esclareceu Pieter Swanepoel, que evitou dar datas aproximadas das diversas etapas que se não-de verificar ao longo dos próximos anos: "Não tenho uma bola de cristal."

A resolução das dificuldades existentes, possível quando se efectuar a terceira sessão plenária das negociações, facilitará o acordo sobre o Governo Interino que se espera para daqui a alguns meses e a preparação de uma Constituição transitória, a aprovar depois na Codesa 4, talvez a última fase da Convenção.

Terminada essa quarta ronda (ai por finais do ano, deixa admitir o embaixador, sem o pormenorizar), poderão começar os preparativos das eleições, a realizar em 1993, para um Parlamento Interino, que será encarregado de elaborar a nova Constituição, num trabalho que talvez demore mais de ano e meio, dadas as já mencionadas complexidades da sociedade sul-africana.

Unidade e diversidade

Há muitas questões técnicas em aberto neste processo, que se poderá arrastar até 1995, se pensarmos em termos de aprovação do texto constitucional definitivo e da realização de eleições legislativas e presidenciais em plena vivência democrática. Mas o representante de Pretória em Lisboa insiste em que o essencial é a escolha entre o projecto unitário preconizado para a África do Sul pelo ANC e o plano de moldes federais defendido pelo Partido Nacional.

A devolução ou delegação de poderes do Governo central aos governos regionais e

a existência de uma Câmara Alta, para maior equilíbrio, são ideias caras a Swanepoel, que no entanto insiste: "No fim haverá compromissos, embora seja sempre difícil dizer prazos."

Os diferentes grupos populacionais do país (negros, mestiços, asiáticos, afrikanners, brancos de língua inglesa, portugueses...), o mundo dos negócios, as entidades religiosas e outras instituições terão de acordar numa série de princípios, "a Bill of Rights", a partir dos quais se avançará para a Constituição e para o Futuro — disse-nos o embaixador sul-africano, ao explanar os pontos de vista do Partido Nacional e do Governo de Frederik de Klerk.

Segundo a sua lógica, valerá a pena dar mais algum tempo ao processo — e não ter precipitações — para que tudo resulte melhor, sendo aconselhável deixar de falar da África do Sul em termos de brancos e negros, porque o país é muito mais complexo do que isso e os diferentes grupos de interesses (designadamente os políticos e os religiosos) atravessam as linhas da cor. ■

África do Sul: a CODESA e o debate constitucional

EXPRESSO, SÁBADO 30 DE MAIO DE 1992

12

Embora a crise tenha evidenciado algumas das fraquezas da estrutura da CODESA,

esta acabou por sair reforçada.

A Conferência evoluiu para um fórum a sério, enfrentando desafios igualmente sérios e do qual a África do Sul espera fórmulas novas e sérias para que o seu futuro se realize.

Pieter Swanepoel*

O PROCESSO de negociações no âmbito da CODESA iniciou-se a semana passada após a realização, no fim-de-semana anterior, da segunda sessão plenária da organização. O líder do ANC, Nelson Mandela, descreveu muito habilmente, no seu discurso de encerramento, a forma como a CODESA «DOIS» conseguiu ultrapassar o impasse e a confrontação, ao dizer que na reunião «tinha sido feito um trabalho notável».

Nelson Mandela e o Presidente F.W. de Klerk tinham desviado o processo do caminho das recriminações e assumiram a culpa do impasse sobre os princípios constitucionais, preparando-se para atacar de novo alguns assuntos pen-

dentos, cuja resolução possibilitará um acordo sobre um Governo interino e um órgão encarregue de elaborar a Constituição.

Uma terceira sessão plenária, provavelmente a penúltima da CODESA, deverá ocorrer dentro de algumas semanas. É esperada a aprova-

ção de todos os acordos alcançados até agora pelos cinco Grupos de Trabalho, bem como as resoluções finais sobre os assuntos pendentes, que deverão sair das negociações reestruturadas a serem conduzidas pela comissão de gestão.

O objectivo é traduzir os acordos na legislação necessária para estabelecer um conselho executivo de transição, enquanto a CODESA conclui a sua última tarefa — elaborar uma Constituição interina. Logo que a última sessão plenária da CODESA aprovar a Lei Fundamental, poderão iniciar-se os prepara-

tivos para as primeiras eleições abertas, a fim de eleger um Parlamento interino, que será encarregue de elaborar a nova Constituição democrática da África do Sul e de governar o país sob um Executivo multipartidário, formado a partir dos membros eleitos.

Os assuntos pendentes são os que colocarão as maiores dificuldades ao processo.

Exigirão negociações aplicadas, de uma natureza «iluminada», para se poder avançar nos assuntos bloqueados.

Embora o impasse acabasse por se centrar num desentendimento sobre alguns pontos percentuais que definirão a maioria de votos necessária para que o órgão encarregue de elaborar a Constituição aprove as estruturas-chave e o funcionamento das futuras autoridades regionais, o problema apresenta ramificações que não estão ainda tão resolvidas quanto pareciam estar no fim-de-semana.

Negociações aceleradas

Dois assuntos que ainda aguardam uma resolução definitiva são o desacordo sobre o nível de representação a que o rei Zulu e outros líderes tradicionais poderão participar no processo da CODESA e a forma como esta integrará recém-chegados, tais como o PAC, AZAPO e o Partido Comunista, que ainda poderão desejar ser admitidos na CODESA antes de serem elaboradas as regras para as primeiras eleições. O maior confronto de opiniões surgirá em torno dos princípios constitucionais, de acordo com os quais terão de ser moldados os pormenores das Constituições interina e definitiva.

Em suma, o desentendimento em torno de assuntos tais como as maiorias especiais, uma segunda câmara

legislativa ou um senado e os poderes, deveres e funções das autoridades regionais é um desentendimento sobre a forma definitiva do futuro constitucional da África do Sul. Os partidos envolvidos estão conscientes de que logo que estes princípios forem aprovados pela CODESA, o esboço da Constituição definitiva do país terá sido desenhado e a sua forma definitiva terá sido assim largamente pré-determinada.

Por esta razão, o debate constitucional que se seguirá entre os elementos da CODESA encarregues de obter um acordo será uma conversa fechada e intensa. Por isso, também, a ordem das negociações deverá ser alterada radicalmente, em consequência do mandato conferido à comissão de gestão, sobretudo após o conflito que surgiu entre os principais intervenientes, o ANC e o Partido Nacionalista, no fim-de-semana.

Provê-se que as restantes negociações serão conduzidas a passo acelerado, a fim de poder apresentar ao Parlamento um pacote legislativo

que possa ser examinado antes de este encerrar no próximo mês. Embora a crise tenha evidenciado algumas das fraquezas da estrutura da CODESA, dando impeto aos argumentos que defendem a sua simplificação, a realidade ameaçadora do impasse acabou por reforçar a credibilidade do processo. Os delegados foram subitamente confrontados com a realidade de que a possibilidade de um fracasso não lhes deixa outra alternativa.

A CODESA evoluiu para um fórum a sério, enfrentando desafios igualmente sérios e do qual a África do Sul espera fórmulas novas e seguras para que o seu futuro se realize.

*Embassador

CORREIO BRAZILIENSE 25/05/92

África do Sul poderá ser membro da OUA

Nairobi — A África do Sul poderá entrar na Organização da Unidade Africana (OUA) logo que representantes da população branca e negra deste país cheguem ao acordo de formar um governo de transição. A afirmação foi feita numa declaração do secretário-geral da OUA, Salim Ahmed Salim, divulgada em Adis-Abeba. "A formação de um governo de transição será um ponto inicial", salientou. "Nesta etapa o processo de construção de uma sociedade não racial que está em curso na África do Sul, será irreversível".

Salim Ahmed Salim exortou os habitantes negros da África do Sul a porem termo à violência por razões políticas. O secretário-geral da OUA apelou à comunidade internacional a prosseguir a sua pressão exercida sobre o presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, para impedir a frustração das conversações sobre o futuro do país que são realizadas agora.